

Escola de
ECONOMIA
de São Paulo

Textos para
Discussão

326

Agosto
de 2013



**REVOLUÇÃO CAPITALISTA E FORMAÇÃO DO ESTADO-
NAÇÃO**



LUIZ **C**ARLOS **B**RESSER-**P**EREIRA

Os artigos dos *Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas* são de inteira responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião da FGV-EESP. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos, desde que creditada a fonte.

Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP
www.eesp.fgv.br

Revolução capitalista e formação do estado-nação

Luiz Carlos Bresser-Pereira

São Paulo, Escola de Economia de São Paulo da
Fundação Getúlio Vargas, junho de 2013.

Abstract. The Capitalist Revolution was the period of the transition from the ancient societies to capitalism; it was a long transition that began in the north of Italy, in the 14th century, and for the first time got completed in England, in the second part of the 18th century, with the formation of the nation state and the Industrial Revolution; it is a major rupture, which divided the history of mankind between a period where empires or civilizations prospered and then fell into decadence and disappeared, and a period of ingrained economic development and long-term improvement of standards of living. Since then the different peoples are engaged in the social construction of their nations and their states; since then, they are experiencing economic development, because capitalism is essentially dynamic; since then they are struggling for the political objectives that they historically defined for themselves from that revolution: security, freedom, economic well-being, social justice, and protection of the environment.

Key words: capitalism, national revolution, nation-state, industrial revolution

JEL classification: P1, O1

A Revolução Capitalista transformou o mundo de forma completa e definitiva. Paul Valéry, escrevendo em 1945, percebeu essa imensa mudança que ele define pela oposição entre um mundo desordenado de florescimentos e impulsos e um mundo bem determinado, interligado e finito (que é o da modernidade). Nas palavras do grande poeta:

Neste ponto de minhas reflexões me parece que toda a aventura humana até nós deveria se dividir em duas fases bem diferentes. A primeira é comparável a tentativas desordenadas, a avanços e recuos em um meio informe, a florescimentos e a impulsos no ilimitado que é a história da criança no caos de suas primeiras experiências. Mas uma certa ordem se instala, uma nova ordem começa. As ações em um meio finito, bem determinado e claramente delimitado, ricamente e poderosamente interligado, não têm mais as mesmas características e as mesmas consequências que elas tinham em um mundo informe e indefinido. (1945: 20)

Se pensarmos a história como uma grande narrativa, ela só ganha sentido se for vista em termos de fases ou de estágios. As periodizações são sempre relativas, mas para quem, como eu, adota o método histórico, elas ajudam o pensamento desde que sejam vistas de forma aberta e flexível. Para entendermos o capitalismo e sua lógica é preciso compará-lo ao tipo de organização econômica e social que o precedeu, e analisar o papel da revolução capitalista na transição de um para outro tipo de sociedade. A periodização da história começou com Joan Batista Vico, foi central para o Iluminismo, passou por Kant e por Herder, chegou a Hegel e a Conte, e afinal encontrou uma expressão clássica em Marx e nas suas conhecidas fases da história: o

comunismo primitivo, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo, o socialismo e o comunismo. Até à fase capitalista podemos criticar o excessivo grau de abstração de sua análise mas há nela um acerto básico. Marx classificava os modos de produção de acordo com seu grau de desenvolvimento tecnológico e com a complexidade de suas relações de produção. Nesse sentido, modos de produção mais avançados representam um estágio superior em relação ao outro, e estão crescentemente afastados das comunidades primitivas. O perigo que apresenta esta periodização, como todas as demais, é o de levar analistas apressados a imaginar que se trata de um modelo universal e necessário de desenvolvimento, de forma que todos os países do mundo deverão passar necessariamente pelas mesmas etapas. Isto não é verdade porque nos países retardatários as fases do desenvolvimento capitalista se sobrepõem, e porque esses países contam com uma vantagem – podem copiar a tecnologia dos primeiros – e enfrentam um obstáculo novo – o imperialismo moderno dos países que realizaram sua revolução capitalista originalmente.

A segunda grande revolução

Marx deu duas grandes contribuições para a compreensão da história: uma, foi metodológica – o materialismo histórico – a teoria que vê a história como uma relação dialética entre a infra e a superestrutura, ou, como prefiro ver, entre três instâncias sociais: a econômica e social, a institucional, e a cultural ou ideológica. A outra contribuição foi sua análise da revolução capitalista e da lógica do capitalismo. Ninguém fez uma análise tão completa e tão esclarecedora da natureza e da dinâmica dessa revolução e do tipo de sociedade que ela estava produzindo – o capitalismo clássico – como aquela que ele realizou. Marx dividiu a história em vários modos de produção, e supôs que as mudanças de estágios ocorressem através de revoluções, mas, a rigor, só existiram *duas* grandes revoluções: a primeira é a da invenção da agricultura, em torno do século XII antes de Cristo, que levou os povos nômades que viviam da coleta e da caça a se transformarem em povos agricultores; gradualmente produz-se então um excedente econômico (a produção que excede o consumo necessário), que permite o surgimento dos grandes impérios e civilizações da antiguidade. A segunda é a Revolução Capitalista que dividiu a história em duas grandes fases: uma primeira fase pré-capitalista que abrange tanto as comunidades primitivas quanto os impérios antigos escravistas, o feudalismo, e as sociedades aristocráticas letradas do absolutismo, e uma segunda fase capitalista.

A revolução capitalista foi o período de transição para o capitalismo – um período longo, que começou no norte da Itália, a partir do século XIV, e pela primeira vez se completou na Inglaterra, no final do século XVIII, com a formação do estado-nação e a Revolução Industrial. Foi a transformação fundamental da história humana, o momento em que a coordenação social deixa de ser realizada pela tradição e pela religião para ser pelo Estado e pelo mercado. No plano econômico, foi o tempo do mercantilismo, da acumulação originária de capital, da revolução industrial, e do surgimento do mercado moderno; foi o momento no qual a acumulação de capital, o lucro, os salários, e o desenvolvimento econômico passaram a caracterizar a vida econômica. No plano social, foi o momento de duas novas classes sociais: a burguesia e a classe trabalhadora. No plano político, foi o momento do Estado absoluto, da formação dos estado-nação que iriam aos poucos cobrir toda a terra, da revolução de Cromwell e da Revolução Gloriosa, na Inglaterra, da Independência americana, e da Revolução Francesa. No plano cultural, foi o tempo da Renascença, da Reforma, e do

Iluminismo; foi o tempo do racionalismo cartesiano, do empirismo inglês, do idealismo alemão, da ideologia nacionalista e da ideologia liberal.

A partir da revolução capitalista o trabalho assalariado se generaliza, o lucro se torna o objetivo da atividade econômica, e a acumulação de capital com incorporação de progresso técnico passa necessariamente a ocorrer. Configura-se assim o que entendemos hoje por desenvolvimento econômico, que é menos do que o progresso ou desenvolvimento humano ou sustentável, mas que é dele condição. É a partir da Revolução Capitalista, em que as nações se dotam de Estados e formam estados-nação, que o desenvolvimento econômico se viabiliza.

As três revoluções da revolução capitalista

Podemos ver na revolução capitalista três sub-revoluções: a comercial, a nacional e a industrial. A primeira, na Europa, abrangeu o longo período que vai do surgimento da burguesia do século XIII até as grandes navegações e a formação do que Immanuel Wallerstein (1974) chamou “sistema-mundo”; é o tempo do capitalismo mercantil, no qual o lucro já está claro como o objetivo da burguesia, mas que pode ser obtido através de diversas formas monopolistas, seja a do “comércio de longa distância”, seja a dos privilégios garantidos pelos monarcas absolutos à burguesia mercantil em troca do pagamento de impostos. A segunda, a revolução nacional ou formação do estado-nação, também na Europa, no século XVII, e os tratados de Vestefália (1648) são o marco geralmente utilizado para iniciá-la. Foi através das muitas guerras que a marcaram que as fronteiras dos estados-nação foram definidas, formando-se, assim, o mercado interno seguro que era necessário para a industrialização. Conforme assinalou Charles Tilly (1975) o financiamento das guerras pela burguesia foi essencial para a formação do estado moderno. Para financiá-las estabeleceu-se uma primeira coalizão de classes desenvolvimentistas associando o monarca e sua corte à grande burguesia contra os senhores feudais internos e os estrangeiros. A burguesia pagava impostos e fazia empréstimos ao monarca para que esse levasse adiante as guerras que eram essenciais para a formação de um amplo e seguro mercado interno. A revolução capitalista se completou com a revolução industrial – um período em torno de 30 a 50 anos no qual a transformação de uma sociedade agrária em uma sociedade industrial se acelerou, e a incorporação de progresso técnico na produção passou a ser uma condição de sobrevivência das empresas. Quando essa transformação se consuma em uma sociedade, podemos convencionalmente entender que a revolução industrial terminou, e, com isso, a própria revolução capitalista pode ser considerada completa, porque o excedente econômico passou a ser realizado não mais através do controle do Estado, mas através do mercado, e porque o desenvolvimento econômico se tornou autossustentado.

Para que a revolução capitalista pudesse se desencadear no final da Idade Média foi necessário que primeiro houvesse uma transformação fundamental da tecnologia agrícola na Europa. Até o século XI a agricultura estava limitada quase exclusivamente a terras de aluvião; foi o uso de arados com lâminas de ferro e outras ferramentas capazes de cortar terras duras que viabilizou a exploração das terras altas e férteis da Europa (David Landes 1999: 41). Só graças a esse progresso técnico decisivo foi possível produzir o excedente econômico necessário para que trabalhadores pudessem ser transferidos para o comércio e a indústria – e também para que pudessem ser construídas as grandes catedrais góticas, quase todas datadas

do século XII. E foi possível, alguns séculos mais tarde, passar das cidades-Estado para os estados-nação como forma de organização político-territorial própria do capitalismo.

Celso Furtado (1961), usando com liberdade conceitos de Marx e de Weber, propôs que a ideia do desenvolvimento econômico se constituiu em dois momentos históricos e está intimamente relacionada com o processo de racionalização que caracterizará o mundo moderno. Em um primeiro momento, a racionalidade se revela pelo objetivo econômico definido com clareza (o lucro), e pela adoção da acumulação de capital como meio de atingi-lo. Esse é o momento da Revolução Comercial: o excedente originado do aumento da produtividade agrícola foi inicialmente investido em catedrais, palácios, e no comércio de bens de luxo, que deu origem à Revolução Comercial e ao surgimento das cidades-Estado burguesas do Norte da Itália, da Alemanha e dos Países Baixos. Em um segundo momento, com a Revolução Industrial, a racionalidade se expressa em um meio mais especificamente racional de alcançar o lucro além da acumulação de capital: a incorporação de progresso técnico, que, devido à sua própria aceleração e à competição crescente, tornava-se condição de sobrevivência das empresas. Em outras palavras, o que hoje chamamos de desenvolvimento econômico configurava-se pela primeira vez historicamente. E definia-se a estratégia principal para alcançá-lo: o investimento inovador.

Quatro definições

Só é possível compreender com clareza a Revolução Capitalista se tivermos alguns conceitos políticos bem definidos, em particular o estado-nação, a nação, o Estado e a sociedade civil. O estado-nação ou país é a unidade político-territorial formada por uma nação, um Estado e um território. Nação e sociedade civil são dois termos quase sinônimos. Nação é a sociedade politicamente organizada que compartilha um destino comum, logra dotar-se de um Estado e de um território, e tem como principais objetivos a segurança e o desenvolvimento econômico; sociedade civil é também a sociedade politicamente organizada, mas quando falamos em sociedade civil estamos geralmente pensando na luta pela garantia dos direitos civis, da democracia, dos direitos sociais e da proteção do ambiente. O Estado, por sua vez, é a ordem constitucional-legal e a organização ou aparelho formado por políticos e burocratas que definem e garantem essa ordem. O Estado é, portanto, tanto uma instituição normativa quanto organizacional; enquanto instituição normativa, é a matriz das demais instituições formais, é a instituição revestida de soberania; enquanto instituição organizacional, é a organização que, conforme Max Weber assinalou, tem o monopólio da violência legítima.¹

Em cada estado-nação, Estado é o instrumento de ação coletiva que a nação ou a sociedade civil usa para promover seus objetivos políticos. Tanto no caso da nação quanto da sociedade civil, o poder dos cidadãos que a formam será ponderado por sua riqueza, seu conhecimento e sua capacidade de organização, mas a nação tem geralmente uma conotação política mais abrangente ou mais popular do que a sociedade civil.² Neste breve esforço de definir palavras, temos ainda o ‘mercado’ e o ‘dinheiro’. O mercado é a instituição e o mecanismo que, através da competição, coordena a divisão do trabalho e a alocação dos recursos produtivos. Os mercados existiram antes dos Estados nacionais, mas os mercados modernos são socialmente construídos: são organizados e regulados pelos estados-nação a nível nacional e

internacional. O dinheiro, finalmente, é a instituição que serve de meio de troca e reserva de valor para que o mercado possa funcionar. Em síntese, a nação é o agente fundamental do desenvolvimento econômico no quadro do capitalismo; o Estado é a matriz das demais instituições formais de um estado-nação; e os mercados e o dinheiro são as duas instituições econômicas por excelência que viabilizam o objetivo econômico das nações: o desenvolvimento econômico. Quando se fala em capitalismo, em nação e estado-nação, em Estado e mercado, está-se falando também em desenvolvimento econômico, porque esses conceitos estão intrinsecamente relacionados.

Formação do estado-nação

Os estados-nação, que hoje cobrem toda a terra, são a unidade política-territorial que nasce com a revolução capitalista. Os grandes e seguros mercados internos que foram essenciais para a revolução industrial de cada país, fazem parte do conceito de estado-nação. Na fase do capitalismo mercantil as cidades-Estado foram a base do comércio de longa distância –um comércio com base em camelos, mulas e navios a vela que só viabilizava a compra e venda de especiarias, metais preciosos e bens de luxo. Os antigos comerciantes acumulavam capital e realizavam lucros monopolistas no mercado de longa distância, mas a riqueza que daí provinha era eminentemente instável. Em seguida eles começaram a investir em manufaturas, mas seu investimento era ainda limitado; a produção continuava a se organizar de forma tradicional, e os mercados a serem ainda essencialmente de longa distância.

As cidades-Estado foram a base desse comércio, mas não foram elas, e sim o poder de alguns monarcas absolutos associados às burguesias nacionais que deram origem à revolução nacional ou à formação do estados-nação e depois à revolução industrial. Através do demorado processo de institucionalização política e econômica que é o da formação do estado-nação, o monarca, sua corte aristocrática patrimonialista (que vive do Estado), e sua burocracia também patrimonialista se associaram à burguesia mercantil que estava se transformando em burguesia industrial e formaram uma coalizão de classes que foi fundamental para a construção do estado-nação e para a revolução industrial; seus adversários foram os senhores feudais ou a aristocracia rentista que pretendia ser independente do monarca. É verdade que os conflitos internos às classes dominantes são sempre relativos, e que as coalizões de classe são sempre incompletas, mas, não obstante essa dificuldade, as coalizões de classes são associações poderosas que marcam a história do capitalismo a partir da revolução capitalista.³

A nação e o Estado se juntam sobre um território para formar o estado-nação. Cabe à nação ou à sociedade civil definir os objetivos e realizar os acordos ou compromissos necessários, enquanto que cabe ao Estado atuar como o instrumento fundamental de coordenação social utilizado pela nação ou pela sociedade civil. Um Estado moderno porque, ao contrário do que acontecia com o Estado antigo, o patrimônio público está separado do privado. É através do Estado que essa ação coletiva se exerce; é através dele que as nações regulam a vida social buscando alcançar os objetivos políticos das sociedades modernas. É através do Estado que são criadas as condições necessárias para que o mercado coordene as ações econômicas; é o Estado que corrige e complementa a coordenação econômica realizada pelo mercado. É através do mercado que as empresas concorrem entre si, que os preços são formados, e que a

alocação de recursos nos diversos setores competitivos da economia é realizada de forma razoavelmente eficiente.

O estado-nação é, conforme Ernest Gellner (1993: 116-117) assinalou, a unidade político-territorial própria do capitalismo, ou, na sua terminologia, das sociedades industriais, da mesma forma que os impérios da antiguidade eram a unidade político-territorial dominante nas sociedades letradas pré-capitalistas. Enquanto os impérios eram a forma por excelência de organização política territorial das sociedades antigas, escravistas, os estados-nação exercerão esse papel nos tempos modernos ou capitalistas. Enquanto no império antigo a oligarquia conservava para ela sua cultura superior, no estado-nação a classe dirigente busca transmitir para todos sua cultura superior através da educação pública. Enquanto o poder imperial se afirmava pela força militar, o poder nos estados-nação depende do nível de desenvolvimento econômico. Enquanto o império limitava-se a cobrar impostos da colônia, deixando intactas sua organização econômica e sua cultura, os estados-nação competem entre si por maior crescimento, e, para isso, buscam integrar toda a população, ou, em outras palavras, buscam tornar o sentido das mensagens compreensível por todos porque agora todos fazem parte da cultura superior. Nas palavras de Gellner, nos estados-nação:

O princípio fundamental de legitimação não é a riqueza, mas a afluência *crescente*. Essa sociedade [industrial] baseia-se não apenas na grande riqueza, mas, acima de tudo, no crescimento econômico... Hoje, é essencial que o sentido seja transmitido apenas pela mensagem, e que seja *interno* a ela. Tanto o centro emissor quanto o centro receptor devem ser treinados para atender apenas para a mensagem, de acordo com normas comuns referentes ao que faz e ao que não faz parte dela.

Esta integração é necessária, porque a lei da competição capitalista não se aplica apenas às empresas, aplica-se também aos países. Eles estão diretamente envolvidos na competição internacional por maior poder e maiores taxas de crescimento. Para isso, buscam homogeneizar sua cultura, dotando-se, se possível, de uma língua comum, e, necessariamente, de educação pública comum que garanta padrões crescentes de produtividade que sejam compartilhados por toda a população. Nesse quadro, os respectivos governos, em nome da sociedade politicamente organizada, passam a ser os condutores do processo de desenvolvimento econômico.

Para Gellner, o nacionalismo é a ligação entre um Estado e uma cultura. Esta visão é bem típica da Europa Oriental, na qual o nacionalismo teve sempre um forte caráter étnico. No quadro mais amplo que adoto, que inclui países multiétnicos como o Brasil e os Estados Unidos, o nacionalismo é a ideologia do estado-nação. Foi no passado, tanto através do nacionalismo étnico, que pode ser terrível, quanto do nacionalismo econômico, que os povos se transformaram em nações e formaram seu estado-nação. É através do nacionalismo econômico que os estados-nação competem entre si.

Formados os modernos estados-nação, seus respectivos Estados ou regimes políticos assumiram, sucessivamente, três grandes formas históricas. Em uma primeira fase, no Estado absoluto, os governos estavam formando seus Estados nacionais; estavam, portanto, voltados principalmente para a defesa contra o inimigo externo e a manutenção da ordem. Mas mesmo nessa época, a política nacionalista e desenvolvimentista adotada pelos grandes reis mercantilistas foi decisiva para o desenvolvimento econômico dos seus países. Em uma segunda fase, quando aqueles

objetivos políticos começaram a ser razoavelmente assegurados nos países mais avançados, a nova classe burguesa passa a defender os direitos civis ou o Estado de direito, e logra que o Estado deixe de ser aristocrático e absoluto. Entramos, então, na fase do Estado liberal e nacionalista – liberal porque garante os direitos civis ou as liberdades, e nacionalista porque o critério nacional define todas as suas políticas. Com a emergência do Estado liberal, o discurso político é o de retirar o Estado da economia, mas este continuou a ter um papel chave no desenvolvimento econômico na medida em que garantia e promovia a acumulação capitalista. No século XX, quando os pobres e as classes médias finalmente conquistam a democracia, o desenvolvimento econômico e o princípio do império da lei continuam centrais, mas agora define-se uma nova forma de Estado, o Estado Democrático e Social que, de um lado, garante o direito de votar e ser eleito e, de outro, passa a ter como objetivo político adicional uma distribuição de renda mais equitativa.

O Estado que Marx conheceu – o Estado liberal e nacionalista do século XIX – era, sob muitos aspectos, “o comitê executivo da burguesia”. No século XX já não é mais. O Estado desenvolvimentista ou do bem-estar social, seu aparelho e sua ordem jurídica não são mais um simples instrumento das classes dirigentes; são também instrumentos de emancipação social (Souza Santos 2004). Nas sociedades capitalistas atuais passa a caber ao Estado e a seu governo, em cada momento, estabelecer o delicado equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a distribuição de renda, entre lucros e salários, entre investimentos e despesas sociais. São alternativas não excludentes, que muitas vezes se somam, mas que, com a mesma frequência, se opõem. No século XX, quanto mais a nação se revelou coesa e solidária quando se trata de competir internacionalmente, e quanto melhor se valeu da regulação do Estado, mais aproveitou o extraordinário mecanismo de coordenação econômica que é o mercado para promover seu desenvolvimento econômico e demais objetivos políticos. Quando uma economia está em pleno processo de crescimento é sinal de que provavelmente existe uma nação forte e que uma estratégia nacional de desenvolvimento está em curso; é sinal de que seu governo, seus empresários, técnicos e trabalhadores estão trabalhando de forma consertada com as demais nações na competição econômica. Quando uma economia começa a crescer muito lentamente, senão a estagnar, é sinal de que sua nação perdeu coesão e sua solidariedade se esgarçou, que o compartilhamento de um destino comum, que é o que caracteriza uma nação, já não está mais claro. Se a nação não está mais sendo capaz de se auto-definir e estabelecer seus objetivos, se perdeu sua identidade, o Estado e suas instituições estarão também desorientados, e não existirá mais uma estratégia nacional de desenvolvimento.

Revolução industrial e desenvolvimento econômico

A revolução capitalista deu origem aos sistemas econômicos nacionais nos quais o mercado passava a ser uma instituição fundamental, mas uma instituição regulada e, portanto, subordinada à instituição maior que é o Estado, que é a lei e a organização que a garante. E deu origem a uma nova ciência, que, originalmente, não se chamou “economics” ou teoria econômica, mas “economia política”, porque os grandes economistas mercantilistas que a fundaram, e, depois, os grandes economistas clássicos que os sucederam sabiam muito bem que não há mercado sem um Estado que o regule e garanta. Os mercados que antes eram locais transformam-se em mercados nacionais, e pouco a pouco começam a ganhar caráter internacional. Mas,

conforme assinala Polanyi (1944), não houve nada de natural na passagem dos mercados locais para os nacionais: essa transição ocorreu como fruto de uma construção social, como o resultado de estratégias políticas nacionais que institucionalizaram a competição, ao mesmo tempo em que formavam o estado-nação.

Através da definição de fronteiras seguras, os Estados nacionais modernos criaram as condições para que uma burguesia industrial originária da burguesia comercial se constituísse e passasse a investir e incorporar progresso técnico de forma sistemática e competitiva ao trabalho e aos meios de produção. O investimento na indústria envolvia custos pesados que só podiam se justificar no quadro de um grande mercado assegurado pelo respectivo estado-nação. Daí o interesse das burguesias em se associar aos monarcas absolutos na constituição dos primeiros estados-nação.

A revolução industrial aconteceu antes na Inglaterra e na França, porque foram os primeiros estados-nação que se formaram, e depois na Alemanha. Embora, enquanto sociedade pré-industrial, a Alemanha fosse tão ou mais desenvolvida, atrasou-se em alcançar a união política. A revolução industrial se desencadeou na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, auxiliada pelo progresso tecnológico que então se acelerava. Formou-se, então um círculo virtuoso: o progresso técnico estimulava a industrialização que, por sua vez, demandava mais e mais progresso tecnológico. Desta maneira o mundo se mudava para sempre, agora movido pela acumulação de capital com incorporação de progresso técnico. Surgia, assim, o desenvolvimento econômico que passava a abrir espaço para o “progresso” iluminista e para o “desenvolvimento humano” do século XX.

O desenvolvimento econômico é assim um fenômeno histórico que se configurou no quadro da Revolução Capitalista, relacionado, de um lado, com o surgimento das nações e a formação dos estados-nação, e, de outro, com a acumulação de capital e a incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao próprio capital. É um processo histórico para o qual contribuem as três classes sociais que surgem da Revolução Capitalista – a capitalista, a trabalhadora assalariada, e a profissional ou tecnoburocrática. Os empresários investem e inovam; a burocracia pública complementa ao nível do Estado a coordenação econômica realizada no mercado; a crescente classe tecnoburocrática privada, que detém o conhecimento técnico, organizacional, e comunicativo, administra as empresas transformadas em organizações e conduz o desenvolvimento tecnológico e científico; os trabalhadores assalariados encarregam-se diretamente da produção. A tecnoburocracia pública e privada, além de ter um papel central no processo de organização da produção e na geração de ideias criativas que são tão importantes no mundo atual, contribui diretamente para os níveis crescentes de renda per capita na medida em que seus ordenados refletem seu alto e crescente valor adicionado per capita. O mesmo acontece, ainda que em menor grau, com os trabalhadores assalariados que, ao incorporarem crescente capital humano a sua força de trabalho, veem seus salários também crescerem.

O desenvolvimento econômico é, portanto, o fenômeno econômico e social que passa a ocorrer a partir da formação dos modernos estados-nação e da revolução industrial ou a “decolagem” da economia.⁴ É um processo de elevação dos padrões de vida ou de aumento do bem-estar material que passa a ocorrer *necessariamente* porque a acumulação de capital com incorporação de progresso técnico passa a ser condição de sobrevivência das empresas, mas esse processo histórico não é necessariamente

acompanhado por diminuição da desigualdade, nem é sempre compatível com a proteção da natureza. Já o desenvolvimento sustentável ou o *progresso* jamais se torna relativamente automático como se tornou o desenvolvimento econômico. Ele depende sempre da agência humana, porque é o avanço na direção dos objetivos que as sociedades modernas colocaram para si próprias: a segurança ou a ordem, o bem-estar ou o desenvolvimento econômico, a liberdade de cada um se auto-realizar, a justiça social e a proteção do ambiente. A partir do momento em que o desenvolvimento econômico se torna autossustentado podemos dizer que a revolução capitalista “se completou”, porque a apropriação do excedente deixa de ser realizada principalmente através do controle direto do Estado e da violência para se realizar no mercado através da realização do lucro. Nesse momento, de acordo com Marx, a sociedade passa a ser caracterizada pelo modo “especificamente capitalista”, no qual a apropriação do excedente se realiza principalmente através da mais valia “relativa”, originária da acumulação de capital com incorporação necessária de progresso técnico.

Diferentemente do que aconteceu nas sociedades pré-capitalistas, a revolução capitalista inglesa e o desenvolvimento econômico serão um tipo de organização econômica que acontece inicialmente na Inglaterra e na França, e que será copiada pelos demais povos. Os impérios egípcio, romano e chinês foram experiências únicas; conheceram muitos momentos de prosperidade, mas não havia neles um processo de acumulação de recursos produtivos automático como existe no capitalismo. Ao invés de reaplicarem o excedente econômico na acumulação de capital, como acontece com o capitalismo, a oligarquia que controlava esses impérios investiam na formação de exércitos e na construção de templos e palácios. Sua prosperidade era, portanto, sempre precária, já que, ao contrário do que acontece com o capitalismo, não se autoconstruía através do desenvolvimento econômico. Sempre podemos conceber uma catástrofe que ponha um fim ao capitalismo e faça desaparecer a civilização que o acompanha, mas, ao contrário do que aconteceu com os outros impérios, essa catástrofe terá que ser de abrangência mundial, porque essa já é hoje a abrangência do capitalismo. Mais razoável é pensar que o capitalismo estará sempre em mudança que poderá evoluir para o socialismo democrático se a construção social utópica prevalecer sobre a conservadora. Em síntese, nas sociedades antigas, a prosperidade não era um processo comandado pelo progresso tecnológico e a acumulação de capital que podia ser emulado pelas demais nações, como passou a acontecer com o desenvolvimento econômico a partir da Revolução Industrial inglesa. A partir da Revolução Capitalista que ocorre inicialmente na Europa ocidental, os demais povos se engajam em um processo político de se dotarem de um território e de um Estado, constituindo-se, assim, em um estado-nação, porque essa é a condição essencial para que experimentem não apenas o desenvolvimento econômico, mas, mais amplamente, o progresso.

Fases do capitalismo

A visão de apenas duas grandes fases da história intermediadas pela revolução capitalista é importante porque na fase pré-capitalista não se podia falar em progresso ou desenvolvimento, enquanto na fase capitalista os objetivos políticos maiores das sociedades contemporâneas passam a ser deliberadamente buscados e parcialmente atingidos. O desenvolvimento econômico – a melhoria dos padrões de vida através da acumulação de capital com incorporação de novas tecnologias – passa a fazer parte do sistema e uma condição de sua sobrevivência. O regime político gradualmente se

democratiza. A luta pela justiça social ou pela diminuição das desigualdades econômicas alcança resultados, ainda que modestos. A proteção do ambiente passa a fazer parte da agenda global e da maioria das agendas nacionais. Nesse processo histórico a revolução capitalista completada pela revolução industrial assume papel central, tenha ela sido realizada originalmente pelos países hoje ricos, ou, de forma retardatária, tanto nos países hoje em desenvolvimento quanto nos países que realizaram revoluções socialistas mas afinal se tornaram capitalistas.

Quadro 1: Periodização do capitalismo

Período	Revoluções	Fases	Subfases
Século XIV a XVIII		Capitalismo Mercantil	
1750-1800 (Ingl.)	Revolução Industrial	“	
Século XIX		Capitalismo Clássico	
1900-1950 (EUA)	Revolução Organizacional	“	
1900- 1978		Capitalismo Tecnoburocrático	Fordismo
1949-1978		“	30 Anos Dourados
1979-2008		“	30 Anos Neoliberais

Há muitas maneiras de se periodizar o capitalismo. Se pensarmos a história como uma grande narrativa, esta narrativa só ganha sentido se for vista em termos de fases ou de estágios. Giovanni Arrighi (1994: 6), por exemplo, dividiu a história do capitalismo em quatro grandes ciclos sistêmicos de acumulação: o ciclo genovês, do século XV ao início do século XVI; o ciclo holandês, do fim do século XVI até meados do século XVIII; o ciclo inglês, da última metade do século XVIII até o início do século XX; e o ciclo americano, durante o século XX. Nos termos da periodização que adoto, o capitalismo mercantil corresponde aos dois primeiros ciclos; o ciclo inglês, à Revolução Industrial e ao capitalismo clássico; e o ciclo americano, ao Capitalismo Tecnoburocrático.

No quadro 1 apresento essa periodização do desenvolvimento capitalista. Tomando-se como referência a Inglaterra e a França, e como ponto de partida o início da revolução capitalista, o capitalismo passou por três grandes estágios: o capitalismo mercantil entre o século XIV e o XVIII, o capitalismo clássico no século XIX e, desde o início do século XX, o capitalismo dos profissionais ou tecnoburocrático. No plano da sociedade, esta periodização tem como critério as relações de produção ou a natureza das classes dominantes. A primeira fase – o capitalismo mercantil – foi fruto das grandes navegações e da revolução comercial. Nessa fase a aristocracia proprietária de terras é ainda dominante, mas uma grande classe média burguesa está emergindo. Com a formação dos primeiros estados-nação e a revolução industrial nos séculos XVII e XVIII, a revolução capitalista pode ser considerada “completa” em cada sociedade nacional desenvolvida e entramos na fase do capitalismo clássico.

A terceira fase do capitalismo – a fase do capitalismo tecnoburocrático ou da sociedade do conhecimento – desencadeia-se com a Segunda Revolução Industrial: um período de intenso progresso tecnológico marcado pela descoberta da eletricidade, a invenção do motor a explosão, da “administração científica”, e da produção em linha de montagem. As duas grandes mudanças históricas causadas por esta revolução tecnológica serão a Revolução Organizacional e a mudança do fator estratégico de produção. Por Revolução Organizacional entendo a substituição da família pela *organização* no papel de unidade básica de produção; ela foi acompanhada pela emergência de uma nova classe média profissional que, a partir de então partilhará poder e privilégio com a burguesia. O novo fator estratégico de produção que passa então a gradualmente substituir o capital nessa função é o conhecimento – o conhecimento técnico, administrativo e comunicativo.

Erro de previsão

Não foi o socialismo mas o capitalismo tecnoburocrático que sucedeu ao capitalismo clássico. Na *Crítica ao Programa de Gotha* (1875), Marx fez sua previsão fundamental: a sociedade comunista sucederia ao capitalismo, passando por duas etapas. A primeira seria a socialista, iniciada com a tomada do poder pelo proletariado, a extinção da propriedade privada dos meios de produção e a instauração da ditadura do proletariado. O Estado (e, portanto, também o Direito) ainda subsistiriam na transição na medida em que continuavam a existir interesses e valores burgueses a serem controlados. Os salários ainda seriam pagos de acordo com a produtividade do trabalho, não só porque não havia ainda a futura abundância, como também porque permaneciam hábitos burgueses arraigados. Prevaleceria nesta fase a igualdade, definida pelo fato de que cada um recebe de acordo com o que produz. Mas essa igualdade é injusta, segundo Marx, porque os homens não são iguais entre si: uns são mais fortes, uns mais capazes, outros menos, uns têm mais filhos do que outros e, desta forma, o resultado final da igualdade nos salários é a desigualdade. Esta fase seria substituída, dentro de um prazo não definido, pelo comunismo, que seria marcado pela solidariedade, pela abundância, pela revogação do Direito e a superação do Estado, pela liberdade e plena realização das potencialidades humanas, pela remuneração de acordo com as necessidades de cada um.

A distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, base fundamental das distinções de classe, desaparece no comunismo. A outra base, a propriedade privada dos meios de produção, já havia desaparecido durante o socialismo. O desenvolvimento econômico teria sido de tal ordem que chegamos à época da abundância. O trabalho continua necessário, mas, mais do que uma necessidade social, ele é uma necessidade individual, é um meio por excelência de realização pessoal de cada um. O Estado e sua expressão maior, a ordem jurídica, perderão importância até desaparecer, substituídos pelo autocontrole de cada um. O homem, cuja natureza é essencialmente boa (Marx, a esse respeito, está claramente na linha de Rousseau), estará realizando todas as suas potencialidades. Prevalecerá a verdadeira igualdade, definida pela divisão do produto social de acordo com as necessidades de cada um. O desaparecimento do Estado garantirá finalmente a liberdade, já que liberdade e Estado seriam incompatíveis. A própria democracia é uma forma de governo em que a liberdade é limitada pela existência do Estado. Este desaparecendo, haverá liberdade. E o desaparecimento do Estado ocorrerá graças ao autocontrole exercido por cada um, possível pela abundância reinante, pelo desaparecimento das

classes sociais e pelo abandono dos hábitos individualistas e egoístas das épocas anteriores.

Marx falhou em sua previsão sobre o advento do socialismo no curto prazo porque, otimista e voluntarista no plano de sua prática política, não foi fiel ao seu próprio método de análise da história. Deu excessiva ênfase à luta de classes e não distinguiu a luta de classes partindo de um grupo externo ao sistema econômico e social, da luta de classes internas ao sistema. A essência da metodologia marxista está no relacionamento dialético entre o desenvolvimento tecnológico e a organização da produção em termos de propriedade, ou, em outras palavras, entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. É também essencial a relação dialética entre a infraestrutura e a superestrutura social. A esse núcleo básico Marx adicionou a *luta de classes*. E foi principalmente baseado neste último aspecto que Marx previu o advento do socialismo. Marx foi influenciado pelas lutas operárias que, em meados do século XIX, ganhavam particular importância, não só devido à exploração a que estava submetida a classe operária, mas também, devido ao fato de que só nessa época os operários começavam a se organizar em sindicatos. Embora a luta de classes deva ser considerada um componente importante da história, está longe de ser seu principal motor. Este papel deve ser reservado, sempre, ao desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, ao desenvolvimento tecnológico, e, cada vez mais, à construção democrática da sociedade e do Estado através da ação política.

Um segundo erro de Marx foi não ter levado em conta que, historicamente, *jamais* a classe dominada transformou-se na classe dominante no sistema econômico subsequente. Em outras palavras, a luta de classes *interna* ao sistema não chega a ser revolucionária. Os escravos não se tornaram os senhores depois do feudalismo, muito menos os servos tornaram-se os empresários do sistema capitalista. Seria, portanto, estranho que os operários do sistema capitalista se tornassem o grupo dominante do sistema econômico imediatamente posterior. O novo grupo dominante surge, em geral, do grupo dominado. Mas surge como um grupo à parte, que conseguiu diferenciar-se do resto da classe dominada e aos poucos foi assumindo o controle do novo fator estratégico de produção que o desenvolvimento tecnológico estava no momento determinando. Em outras palavras, a nova classe, que irá disputar o poder com a classe dominante para afinal assumi-lo, não é a classe dominada, mas um subgrupo, historicamente dela originário, mas que foi se diferenciando através dos tempos, de forma a constituir em um grupo totalmente distinto da classe dominada. Na medida em que esse novo grupo assume o controle do novo fator estratégico que os novos avanços tecnológicos estiverem determinando, esse grupo tenderá a assumir o poder econômico e político, dando surgimento a um novo tipo de sistema econômico, e, portanto, a uma nova etapa histórica. A luta de classes torna-se, portanto historicamente revolucionária quando for *externa*, quando partir de um grupo externo ao sistema. Foi o que aconteceu na passagem do feudalismo para o capitalismo. A burguesia provavelmente tivera origens ligadas aos servos da gleba, que constituíam a classe dominada por excelência do sistema feudal. No final da Idade Média, porém, graças ao aumento do excedente econômico causado pela nova agricultura nas terras altas da Europa, a burguesia diferenciou-se dos servos, constituiu-se em uma classe social diferenciada, adotou valores e crenças, hábitos e padrões de comportamento próprios, definiu uma área própria dentro da estrutura de produção, e constituiu-se em um grupo intermediário entre a classe dominante e a dominada. E

durante séculos esta situação se manteve. A burguesia não era a classe dominante, mas estava longe de ser a classe dominada. Servia à aristocracia, ao mesmo tempo em que se fortalecia econômica e politicamente. A influência econômica naturalmente precedeu a política, mas afinal ambas tornaram-se dominantes. Uma luta de classes sem dúvida teve lugar entre a burguesia emergente e a aristocracia decadente, mas nem sempre essa luta foi clara e definida. Em muitas ocasiões, a burguesia cooperou ativamente com a aristocracia, ou com os setores da mesma, na medida em que essa cooperação lhe era interessante. O caso mais evidente, nesse sentido, foi o do grande apoio que as monarquias absolutas dos séculos XVII e XVIII receberam da burguesia, em sua luta contra os privilégios feudais.

A classe dominada em um determinado sistema econômico é parte integrante dele, crescendo e entrando em declínio juntamente com a respectiva elite, enquanto que a nova classe que vai assumir o poder representa uma *ruptura* dentro do sistema. Assim, no caso da passagem do feudalismo para o capitalismo, os servos constituíam parte integrante do sistema feudal. As figuras do servo da gleba e mesmo do artesão surgem e desaparecem com o surgimento e o desaparecimento do feudalismo. Por muito tempo sobraram vestígios deles, mas não há dúvida de que à decadência da aristocracia feudal corresponde a decadência dos servos e das corporações de ofício, da mesma forma que a decadência dos senhores de escravos da antiguidade correspondeu ao desaparecimento do escravo.

O mesmo fenômeno ocorre hoje com o capitalismo. Na medida em que os empresários industriais entram em declínio, a classe operária, o proletariado urbano dedicado a trabalhos manuais na indústria, também declina. Os dados estatísticos sobre esse processo não deixam dúvida a respeito. A classe operária foi fruto específico do capitalismo industrial. À emergência da burguesia industrial ao poder correspondeu o surgimento da classe operária, que imediatamente assumiu o papel de classe dominada por excelência, ficando marginalizados do novo sistema os trabalhadores rurais e camponeses. No momento em que o capitalismo clássico foi superado pelo capitalismo tecnoburocrático já ocorreu uma economia substancial de mão de obra associada à eletricidade e à linha de montagem. Depois, à automação. E, finalmente, com a revolução da tecnologia da informação e da comunicação e a produção de bens imateriais, as trocas comerciais e financeiras passam a ser inteiramente digitalizadas e a ser realizadas no quadro de amplas redes eletrônicas, e o número de trabalhadores manuais não especializados na indústria e mesmo nos serviços diminuiu ainda mais.

Finalmente para explicar o erro de previsão de Marx é preciso considerar que a classe operária nos países capitalistas avançados, entre meados do século XIX e os anos 1970, acabou por partilhar dos benefícios do sistema. Seus salários aumentaram aproximadamente à mesma taxa do aumento da produtividade sem que isto colocasse em risco uma taxa de lucros “satisfatória” para a classe capitalista – uma taxa de lucro que a incentivasse a continuar a acumular capital. Isto foi possível desde que o progresso técnico deixou de ser “dispendioso de capital”, como supunha Marx, e passou a ser “neutro”, ou, em outras palavras, desde que a relação produto-capital que mede produtividade do capital deixou de ser decrescente e se tornou constante. Até meados do século XIX na Inglaterra e na França a taxa de acumulação de capital em relação ao PIB, que girava em torno de 5% a 10%, aumentou para cerca de 15% e 20% não obstante os empresários industriais estivessem substituindo mão de obra por

máquinas. Houve conseqüente diminuição da produtividade do capital (porque os empresários tendem a primeiro substituir mão de obra, no caso de máquinas claramente econômicas, mas, em seguida, a substituem por máquinas menos eficientes mas ainda mais econômicas do que ela). A manutenção da taxa de lucro em nível elevado e o aumento da taxa de investimento só foi possível graças à forte exploração dos trabalhadores manuais, e, conseqüentemente, graças a uma forte concentração de renda. Prevalencia, assim, a “mecanização” e a resultante queda da produtividade do capital que provocava a deterioração do padrão de vida da população. De um trabalho saudável e de condições de vida razoáveis no campo, essa população passava para condições sub-humanas de trabalho nas cidades, com mulheres e crianças trabalhando 16 horas por dia. Foi esse período que levou Marx a formular a tese da tendência à queda da taxa de lucro. Entretanto, a partir de aproximadamente 1850 o progresso técnico deixou de se caracterizar pela mecanização e a produtividade do capital deixou de cair porque agora as empresas também substituíam máquinas velhas por máquinas novas mais baratas ou mais eficientes. Por outro lado, a continuidade do desenvolvimento econômico passava a depender de forma crescente do aumento do poder aquisitivo e do consumo da classe operária. E, coincidentemente, os trabalhadores se organizavam em sindicatos poderosos. O resultado foi que a classe operária passou a ver seus salários e seu padrão de vida crescerem na medida em que as economias capitalistas se desenvolviam e aumentavam sua produtividade, tornando-se beneficiária do sistema, e entrando em um processo de acomodamento político, que, no século XX, lhe retirava qualquer possibilidade revolucionária.

E o socialismo?

Não é possível afirmar categoricamente que Marx errou quanto à sua previsão sobre o comunismo. É um sonho otimista e será sempre possível dizer que ainda não chegou o seu tempo. Mas a história destes últimos cem anos não autorizou esse otimismo. A visão orwelliana de *1984*, ou de Huxley em *Admirável Mundo Novo*, com toda a sua carga de pessimismo, parecem mais próximos da realidade. Entretanto, se resta sempre a possibilidade de afirmar que ainda não chegou o tempo do comunismo, o mesmo não se pode afirmar em relação ao socialismo. Para Marx o socialismo sucederia diretamente e em breve o capitalismo. Foi esta perspectiva que levou os socialistas à revolução bolchevique de 1917 e às demais revoluções comunistas do século XX. Mas em nenhum dos países em que foi extinta a propriedade privada dos meios de produção instalou-se o socialismo previsto por Marx, ainda que os novos governantes pretendessem seguir suas ideias. A sociedade sem classes, a remuneração segundo os méritos de cada um, o domínio da classe operária, ou mesmo dos “soldados, operários e camponeses”, a tendência de uma liberdade cada vez maior — nada disto ocorreu. Muito pelo contrário, tomando-se como modelo a União Soviética, o que ocorreu foi a instalação de um sistema totalitário de governo no tempo de Joseph Stalin, no qual as liberdades mais elementares dos indivíduos foram negadas; foi o estabelecimento de um sistema econômico baseado nos privilégios; foi o domínio político e econômico de uma tecnoburocracia estatal apoiada no Partido Comunista e na alta administração pública e na direção das empresas estatais; foi a montagem de uma sociedade e de um Estado que são um dramático e vivo testemunho de que o socialismo não é a etapa histórica imediatamente posterior ao capitalismo.

A história do século XX mostrou que o socialismo não é, nem será ainda por muito tempo, um modo de produção competitivo com o capitalismo. Os socialistas que lutaram por sua implantação foram tristemente derrotados. Podemos, entretanto, pensar no socialismo também como uma ideologia, e, sob esse ângulo, não houve derrota. O socialismo é uma das cinco grandes ideologias: as outras quatro são o liberalismo, o nacionalismo, o eficientismo, e o ambientalismo. Enquanto o liberalismo e o nacionalismo são ideologias burguesas por excelência, e o ambientalismo é uma ideologia geral, o socialismo é a ideologia que representa os interesses da classe trabalhadora e as aspirações de justiça de amplos setores da classe tecnoburocrática. O capitalismo da segunda parte do século XX nos países europeus mais desenvolvidos não foi apenas um capitalismo dos profissionais; foi um capitalismo social ou que contou com um Estado do bem-estar social que garantiu os direitos sociais, em boa parte devido à ideologia socialista.

Foi também “democrático” porque nesses países a democracia se consolidou. A literatura política chama o Estado existente desde o século XIX de democracia liberal, mas esse é um engano. O Estado liberal não era democrático porque não assegurava o sufrágio universal. Só a partir do século XX é legítimo falar em Estado democrático, mas essa é uma democracia liberal, é uma democracia de elites na qual as eleições servem apenas para revezar elites no comando do Estado. A partir, porém, da segunda metade do século XX, e principalmente na Europa Ocidental e do Norte, ocorre um processo de democratização e a democracia se torna social na medida em que as demandas dos trabalhadores passam ganhar força e passam a ter alguma influência na definição das políticas públicas.

A socialdemocracia, porém, ainda está longe do socialismo. E não existem perspectivas de que tão cedo ele venha a existir. O socialismo é a sociedade sem classes em que a propriedade sobre os meios de produção é comum. É a sociedade em que o Estado não precisa ter desaparecido, mas deixa de ser instrumento de dominação seja da burguesia, seja da tecnoburocracia. É a sociedade igualitária e democrática em que todos participam com iguais direitos da apropriação do excedente econômico e do governo da sociedade. É a sociedade em que os direitos do homem são respeitados; em que o trabalho deixa de ser mercadoria; em que a produção não se destina a produzir mercadorias com valor de troca, nem assegurar no poder uma classe dirigente, mas que atenda as necessidades do homem. O socialismo como projeto enfrenta um paradoxo: só é possível quando os níveis de educação, de autodeterminação e de capacidade administrativa dos cidadãos já se tornaram relativamente igualitários, embora seja essa igualdade o objetivo das instituições socialistas. Em outras palavras, para ser implantado no âmbito das instituições e, portanto, do Estado, o socialismo já precisa existir de alguma forma na sociedade. As revoluções socialistas não implantaram o socialismo simplesmente porque envolveram um golpe de Estado, mas porque não havia nas sociedades atrasadas as condições de igualdade econômica e cultural que o socialismo pressupõe e almeja. Mesmo nas sociedades mais avançadas, como as escandinavas, essas condições não existem, embora esteja claro que ali não avançaram apenas as instituições próprias a um capitalismo tecnoburocrático no qual a classe média profissional tem um poder crescente, mas avançaram também as instituições próprias de um capitalismo social no qual toda a sociedade compartilha poder.

Referências

- Arrighi, Giovanni (1994 [1996]) *O Longo Século XX*, São Paulo: Editora da UNESP. Edição original, 1994.
- Gellner, Ernest (1993 [2000]) “O advento do nacionalismo e sua interpretação: Os mitos da nação e da classe”, in Gopal Balakrishnan e B. Anderson, orgs. (2000) *Um Mapa da Questão Nacional*. Editora Contraponto: 107-134.
- Landes, David S. (1999) *The Wealth and Poverty of Nations*, New York: W. W. Norton.
- Marx, Karl (1875 [1961]) "Critique of the Gotha Program," in T.B. Bottomore and Maximilian Rubel, *Selected Writing in Sociology and Social Philosophy*. London, Watts & Co., 1961. Escrito em 1875, e publicado pela primeira vez por Friedrich Engels no *Neue Zeit*, 1891.
- Rostow, Walt W. (1960) *The Stages of Economic Growth*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Souza Santos, Boaventura (2004) “Può il diritto essere emancipatori? Una riflessione teorica”, *Democrazia y Diritto* 42(1) 2004: 25-55.
- Tilly, Charles (1975) The three papers in Charles Tilly, org. (1975) *The Formation of National States in Western Europe*, Princeton: Princeton University Press: “Reflections...”(3-83), “Food supply...” (380-455), and “Western state-making...” (601-638).
- Valery, Paul (1938 [1984]) *Les Principes d’An-archie Pure et Appliquée*, Paris: Gallimard. Textos escritos entre 1936 e 1938.
- Wallerstein, Immanuel (1980) *The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*, London: Academic Press.

¹ Poucos cientistas políticos distinguem, com a clareza que estou procurando ter, Estado de estado-nação ou Estado nacional; é comum usarem as expressões ‘Estado’ e ‘nação’ como sinônimas de ‘estado-nação’, mas evitarei essa prática. Parece-me razoável, entretanto, que nos textos sobre relações internacionais a palavra ‘Estado’, geralmente no plural e com letra minúscula, signifique estado-nação; é uma forma de simplificar o discurso.

² Observe-se que estou usando aqui a expressão ‘sociedade civil’ em seu sentido clássico. Modernamente essa expressão tem sido confundida com ‘organização da sociedade civil’, cuja presença aumentou muito nas sociedades atuais. Estas organizações públicas não-estatais de advocacia ou controle político são, sem dúvida, importantes em ampliar a democratização da sociedade civil.

³ Essas coalizões naturalmente mudam com o tempo. No capitalismo globalizado e tecnoburocrático de hoje, o conflito é entre uma coalizão desenvolvimentista formada pela burguesia produtiva, os trabalhadores e a tecnoburocracia pública, e a coalizão liberal formada por capitalistas rentistas, classe média rentista, e financistas que administram a riqueza dos primeiros. Nos 30 Anos Dourados do Capitalismo, a coalizão

desenvolvimentista foi dominante, e nos 30 Anos Neoliberais do Capitalismo, encerrados, que suponho tenham encerrado em 2008, a coalizão dominante foi liberal.

⁴ O termo “decolagem” foi usado por Walt Whitman Rostow (1960) para identificar a revolução industrial em cada país. Esse autor foi muito criticado pela esquerda pelo fato de que fazia uma defesa ideológica do capitalismo americano e transformava a “sociedade do consumo de massa” no fim da história. Não obstante, sua análise dos estágios do desenvolvimento são as de um historiador competente.